

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PENSANDO O ENSINO EM TEMPOS DE CRISE

POLÍTICAS EDUCATIVAS: PENSAR LA EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE CRISIS

EDUCATIONAL POLICIES: THINKING EDUCATION IN TIMES OF CRISIS

Emerson Augusto de MEDEIROS¹

Jean Mac Cole Tavares SANTOS²

Elcimar Simão MARTINS³

(Organizadores)

Introdução

Com o período de redemocratização no Brasil, após o fim do regime civil militar, tivemos, conforme Freitas (2018), algumas mudanças no âmbito da política educacional, principalmente na dimensão legal. Um exemplo dessa afirmativa condiz com a publicação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, doravante a LDB, demarcando recomendações/orientações gerais para a toda a educação brasileira.

Nos anos seguintes, após a publicação da LDB, novamente, vimos o país passar por mudanças importantes no tocante à educação, especialmente acerca do elevado número de políticas educacionais que visaram “adequar” o sistema nacional de educação as suas recomendações. Tal fato implicou tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. Em alguns setores da educação, a exemplo da formação de professores da educação básica, as mudanças culminaram no redesenho dos currículos e das propostas formativas nas licenciaturas, haja vista que as diretrizes curriculares nacionais para a formação dos professores publicadas posteriormente, a partir do ano de 2002, alinhadas à LDB, demandaram esse objetivo.

Embora identifiquemos a ascensão da educação, pois entendemos que o acesso e a oferta da educação básica atingiram patamares nunca vistos na história da educação brasileira,

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN – Brasil. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino. Doutorado em Educação (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3988-3915>. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró – RN – Brasil. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino. Doutorado em Educação (UEPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7800-8350>. E-mail: maccolle@hotmail.com

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção – CE – Brasil. Professor do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza. Pós-doutorado em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5858-5705>. E-mail: elcimar@unilab.edu.br

avaliamos que ainda há muito a ser feito no sentido de garantir a qualidade da educação para todo o território nacional. As políticas educacionais nem sempre estiveram associadas ao ideal de garantir a educação para todos/as, haja vista que, em parte, também foram produzidas como dispositivo do sistema capitalista, com caráter neoliberal, visando, cada vez mais, atender aos objetivos mercantilistas e empresariais que dominaram a esfera social no país nas últimas décadas.

Inúmeras pesquisas desenvolvidas nas Ciências Humanas e Sociais, em programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente, denunciaram o teor mercantilista e efficientista das políticas educacionais no Brasil, as quais buscaram privilegiar, a rigor, o crescimento do setor privado, tanto é que, na educação superior, tivemos um vultoso número de matrículas, salientando uma expansão nunca atingida, quer em número de estudantes matriculados, quer em número de faculdades e cursos criados (AMORIM; MEDEIROS, 2016; PRADO; MEDEIROS; ARAÚJO, 2021).

Não diferentemente, na educação básica tivemos tentativas por meio de dispositivos legais de homogeneizar currículos, práticas pedagógicas e o trabalho dos professores, de maneira geral. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma política educacional e documento orientador da educação brasileira, é um exemplo de controle da educação básica. Suas prescrições tencionam alinhar todo sistema nacional de educação às avaliações externas, disciplinar os professores e os estudantes a um trabalho educativo com fins no desenvolvimento de competências, além de auferir aprendizagens essenciais (como se a educação tivesse que primar apenas pelo essencial) como fim principal dos processos de ensinar e aprender, negligenciando a promoção da formação humana e integral do sujeito.

Mobilizados por essas questões, pensamos em organizar o presente dossiê temático visando somar com a discussão das políticas educacionais, delimitando-se para o ensino em tempos de crise. Lembramos que no ano de 2020 fomos acometidos de surpresa por um vírus que mudou radicalmente nossa atuação no âmbito da educação. Assim, demarcamos também a pertinência do presente empreendimento acadêmico. Não podemos pensar as políticas educacionais apartadas do contexto social, seja na dimensão micro ou macrossocial.

Esclarecemos que por mais que entendamos que as políticas educacionais, cada vez mais, têm se alinhado aos pressupostos neoliberais, os quais compreendem a educação como mercadoria ou como dispositivo para alimentar o sistema capitalista com grandes lucros ao setor privado, também interpretamos que no chão das instituições escolares elas ganham um desenho destoante ao que fora idealizado (MAINARDES, 2006; MAINARDES; MARCONDES, 2009; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016; GOMES; SANTOS;

MEDEIROS, 2021). São os sujeitos da educação (secretários de educação, diretores escolares, professores, estudantes e demais profissionais da educação, para citar alguns) que interpretam e desenvolvem as políticas educacionais. É no cotidiano escolar que elas se materializam, não são simplesmente executadas. Elas são interpretadas, encenadas e vividas pelos que fazem, no dia a dia, a educação.

Postas essas considerações iniciais, destacamos que o restante do texto introdutivo ao dossiê se encontra organizado em dois momentos. Na seção seguinte, apresentaremos o conjunto de textos que compõem este número temático. Nas considerações finais, arrolaremos, brevemente, sobre as contribuições deste empreendimento científico para o campo da educação, demarcando a área de ensino.

Apresentação: Pensar as políticas educacionais, com ênfase no ensino

O dossiê temático que compõe o presente número da Revista *Online* de Política e Gestão Educacional fora constituído por um conjunto de 15 artigos oriundos de diferentes empreendimentos científicos. São frutos de estudos dissertativos, doutorais e de pesquisas realizadas em estágios pós-doutorais, bem como advém de registros investigativos produzidos por pesquisadores do Brasil e do exterior. Eles versam, em comum, as políticas educacionais, com foco, a maior parte, no ensino.

O primeiro texto, “**(Des) Politização: mulher, mãe e professora no ensino remoto em tempos de crise**”, condiz a uma pesquisa de estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), Área de Concentração Educação Brasileira. Objetivou-se, por intermédio da pesquisa, compreender implicações sociais e pedagógicas do isolamento social na vida de mulheres professoras do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus* Canindé, no contexto da pandemia do coronavírus. A submissão das mulheres pela naturalização biológica e social advém da imposição cultural por gerações. Essa problemática agravou-se ainda mais no período do isolamento social nos anos de 2020 e 2021.

No segundo artigo, “**Com a palavra, o professor diretor de turma: percepções docentes acerca das recontextualizações da política**”, buscou-se analisar as recontextualizações do Professor Diretor de Turma (PDT), a fim de compreender quais os interesses, as demandas, os incômodos e os atrativos em relação à adoção do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) na sua carga horária profissional. Partindo do método dialético, utilizou-se como técnica de produção de dados na pesquisa entrevistas

semiestruturadas. Desse modo, a opinião dos professores participantes do supracitado Projeto é utilizada como recurso para entender como a recontextualização é desenvolvida na prática dos docentes e suas relações com o contexto da instituição em que está inserida.

O terceiro estudo, **“Políticas de Formação para Professores de Língua Estrangeira no Estado do Ceará: o centro cearense de idiomas em foco”**, discutiu as políticas públicas que envolvem o processo de formação para os docentes de língua estrangeira no Estado do Ceará, Brasil. De abordagem qualitativa, assentado no método da pesquisa-formação, teve como objetivo central compreender os conflitos e as interações presentes no desenvolvimento da formação continuada de professores de língua estrangeira do Centro Cearense de Idiomas (CCI).

Já o quarto artigo, **“Gestão, Política Curricular e algumas lições de um Brasil pandêmico: reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica”**, tentou dialogar, a partir do cenário brasileiro devastado pela pandemia causada pela COVID-19, algumas alternativas para as políticas de “gestão curricular” por meio de cinco lições elaboradas, com base na pedagogia histórico-crítica. Metodologicamente, analisou os cinco principais pareceres do Ministério da Educação que orientam as práticas de ensino durante o surto da doença; em seguida, estabeleceu as relações dessas prescrições com alguns desafios de um Brasil mergulhado numa política negacionista.

O quinto texto, **“Formação Continuada de Professores em Tempo de Pandemia – contribuições da Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância do Estado do Ceará”**, refere-se a uma pesquisa que teve como objetivo central investigar se os cursos ofertados pela Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância CODED/CED, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, no ano de 2020, contribuíram para o fortalecimento da prática docente com o ensino remoto. Na mesma perspectiva, intencionou identificar os principais desafios encontrados pela CODED/CED para a efetivação dos cursos e formações no período da pandemia causada pela COVID-19 com os professores da rede estadual de ensino do Ceará. O trabalho se referiu a uma pesquisa de caráter qualitativo. Para a produção dos dados, destacaram-se o questionário (composto por questões abertas) desenvolvido com quatro profissionais da educação que atuam na CODED/CED e a análise documental.

O sexto trabalho, **“Os Centros de Educação de Jovens e Adultos no Ceará: caminhada em tempos de crise e defesa do direito à educação”**, trata-se de uma investigação, de abordagem qualitativa, que visou identificar, por meio de entrevistas realizadas junto a professores, os limites e possibilidades das estratégias desenvolvidas por

um CEJA cearense visando a permanência e o sucesso dos educandos. Os resultados apontam para a dialogicidade freireana como referência fundamental para a (re)organização do trabalho do CEJA pautada na humanização e na defesa da educação como direito.

A sétima pesquisa, **“O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e as Políticas de enfrentamento de evasão em Cursos de Licenciatura”**, abordou a evasão na licenciatura como um problema público que desafia as políticas públicas e os gestores educacionais para a criação de propostas que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes. Os dados produzidos foram analisados e discutidos a partir de um referencial teórico pautado para pensar o Ensino Superior universitário, a docência nesse nível de ensino e a formação de professores, entendendo o professor como um intelectual transformador, crítico e reflexivo e em contribuições sobre as possibilidades para permanência estudantil no Ensino Superior na perspectiva da integração do estudante.

A oitava investigação, **“Dealing With Anxiety: Discursos sobre a ansiedade num livro didático de Língua Inglesa do Novo Ensino Médio”**, consistiu em analisar discursos acerca da ansiedade num livro didático no âmbito da reforma do Ensino Médio no Brasil, tomando como base o ensino de Língua Inglesa. O aparato teórico que norteou as reflexões ancorou-se nos apontamentos de Michel Foucault, especialmente nos conceitos de discurso, enunciado, prática discursiva, verdade, modos de objetivação e de subjetivação, bem como de autores que discutem a problemática do transtorno da ansiedade.

No nono trabalho, **“BNCC, Currículo da Educação Infantil e Inclusão em Mossoró – RN”**, buscou-se compreender como o currículo da Educação Infantil, considerando as obrigаторiedades da BNCC (BRASIL, 2017), contempla ações de inclusão, em Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Nessa busca, realizou-se um estudo exploratório, em fontes bibliográficas e documentais, destacando a inclusão no currículo da Educação Infantil em Mossoró – RN.

O décimo artigo, **“Interdisciplinaridade e Decolonialidade em diferentes tempos e espaços”**, apresenta uma discussão sobre interdisciplinaridade e decolonialidade avaliativa e seus contextos, suas características e registros de produção de conhecimentos interdisciplinares em documentos teóricos que indiquem o esclarecimento desse termo nas propostas pedagógicas de ensino. O propósito do texto é refletir sobre decolonialidade, avaliação e novas práticas docentes, buscando o significado da interdisciplinaridade como ação educativa e metodológica na educação básica.

O texto, **“Fundamentos Teóricos da Docência no Estágio Supervisionado”**, compreende os fundamentos teóricos que norteiam as práticas docentes dos professores de

Estágio Supervisionado dos cursos de Licenciatura em Filosofia e Música da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Ceará, Brasil. Se reporta a uma pesquisa qualitativa, na qual realizou-se entrevistas narrativas por meio do Google Meet com quatro professores de estágio supervisionado de licenciaturas dos referidos cursos.

O décimo segundo trabalho, **“O Processo de Integração Social de Crianças e Adolescentes Indígenas Warao na Escola Pública em Mossoró – RN”**, reúne um conjunto de notas etnográficas e de reflexões antropológicas sobre o processo atual de integração social dos Warao na Escola Pública de Mossoró – RN, objetivando organizar o esforço de apreensão crítica que vem sendo construído no âmbito da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.

O estudo, **“Designações de Currículo: apreendendo seus sentidos em distintas teorizações”**, é fruto de uma pesquisa bibliográfica realizada em estágio pós-doutoral cujo objetivo foi a apreensão de sentidos sobre as designações de Currículo com base nas teorias tradicional, crítica e pós-crítica, apresentando, também, o Currículo Integrado concebido para o Ensino Médio com foco na Educação Profissional. A pesquisa é de natureza qualitativa e utilizou de técnicas de revisão bibliográfica e análise documental, inspiradas na perspectiva da psicologia sócio-histórica.

O texto, **“O Ensino de Artes no Currículo da Educação Básica no contexto atual: contradições e desafios”**, aborda a Educação Artística na Educação Básica no Brasil, sobre dois pontos de vista: a formação do educador e a compreensão de arte empregada nos documentos oficiais, e, para em seguida fazer a defesa de uma formação no campo das artes dos professores da educação básica, indispensável ao trabalho docente e a formação integral das crianças e dos adolescentes no país. A partir de pensadores críticos, discute-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto à dimensão sensível e o discurso das competências ali expresso, e defende-se uma educação em que a estética componha os fundamentos da formação de professores.

O último artigo, **“Percepções de futuros professores sobre a prática docente em contexto de formação por competência”**, de autoria de pesquisadores da República Dominicana, examina as percepções sobre as práticas docentes, a identidade docente e o desenvolvimento profissional na perspectiva de estudantes em formação inicial para o exercício docente. Os estudantes percebem que as práticas docentes constituem oportunidades para conhecer o sistema educacional, auxiliam na configuração da identidade profissional e compõem um cenário efetivo para a apropriação de estratégias de mediação acerca da docência.

Consideramos, com base nos textos apresentados, que o dossiê temático cumpre seu objetivo maior: contribuir com estudos recentes acerca da política educacional, com ênfase para (questões do) o ensino na escola pública. Nesse sentido, amplia o debate na área educacional, principalmente com pesquisas vinculadas de maneira direta à realidade social presente, validando desdobramentos que a pandemia causada pela COVID-19 apresentou à humanidade, na dimensão ampla, e ao ensino, de modo particular.

Considerações finais

O debate sobre a política educacional, conforme salientamos anteriormente, ganhou relevo nos últimos anos, desde o período de redemocratização do Brasil após o fim do regime civil militar. A partir do ano de 2014, com a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE), entendemos que esse aspecto também pesou para que os profissionais da educação ficassem, cada vez mais, atentos aos desdobramentos das políticas educacionais no contexto brasileiro.

A BNCC, contribuindo também para deixar tônica a discussão, é outra referência. As principais entidades da área de Educação, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) têm se posicionado de modo contrário aos seus encaminhamentos, entendendo que há a tentativa de agudizar ainda mais os problemas educacionais. Desse modo, há publicações que se vertem desse objetivo: analisar e debater as políticas educacionais no Brasil sob diferentes prismas.

Não diferentemente, o presente dossiê temático vislumbrou contribuir com o debate da política educacional, de modo amplo, e, em particular, para seus desdobramentos no ensino. Vimos que o conjunto de textos situa pesquisas acerca de temas diversos no âmbito da política educacional. Entendemos que os trabalhos agregam a discussão com reflexões mais amplas e também particularizadas no contexto da educação e do ensino.

Esperamos que os textos apresentados se façam como boas referências para os pesquisadores e leitores que têm trabalhado com as temáticas dialogadas no número em discussão e também para que novos enredos investigativos no campo da política educacional, seja no âmbito das políticas de currículo, da formação docente, das questões de gênero e da diversidade, da educação superior, entre outras, venham a se desenhar. Como pesquisadores da área educacional, compreendemos que empreendimentos acadêmicos dessa natureza são

necessários. Vale salientar que os textos são atuais, situam a política educacional, em maior parte, no contexto social vivido nos últimos dois anos, momento difícil para a educação em razão da pandemia que acometeu a sociedade. Feitas essas sinalizações finais, desejamos excelentes leituras do dossiê temático!

REFERÊNCIAS

- AMORIM, J. L.; MEDEIROS, E. A. A política nacional de formação de professores/as da educação básica e o PARFOR/UERN: Expansão, desafios e perspectivas. **Educação & Linguagem**. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 125-154, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/7094>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: Atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GOMES, R. M. O.; SANTOS, J. M. C. T.; MEDEIROS, E. A. Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO: Pensar a política educacional para além da implementação na escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1647–1661, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15303>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxyYtCQHCFyhsJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- PRADO, J.; MEDEIROS, E. A.; ARAÚJO, O. H. A. Licenciaturas - Cenários e contextos da formação de professores da educação básica. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 12, n. 34, p. 01-21, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6428>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Como referenciar este artigo

MEDEIROS, E. A.; SANTOS, J. M. T.; MARTINS, E. S. Políticas educacionais: Pensando o ensino em tempos de crise. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 4, e022101, 2022. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.4.17190>

Submetido em: 15/03/2022

Revisões requeridas em: 26/05/2022

Aprovado em: 17/07/2022

Publicado em: 01/09/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

